

## RELATOS DE UM ESTRANGEIRO NA TERRA DE MACUNAIMA

Huarley Mateus do Vale Monteiro\*

\*Prof. da Universidade Estadual de Roraima (UERR), aluno do curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Sorocaba – UNISO. Sorocaba, SP, Brasil. Email: mdmvale72@gmail.com

### Macunaimando<sup>1</sup>

“Cai o sol na terra de Macunaima.  
Boa Vista do céu! lua cheia de mel!  
Sobe a serra de Pacaraima,  
Eu sou de Roraima!  
Surubim, tucunaré, piramutaba...  
Sou pedra pintada!  
Buriti, bacaba!  
Caracaranã, farinha d'água, tucumã!  
Curumin te espera, Cunhatã![...]”  
Um boto cantando no rio...  
Beijo de caboco no cio...  
Parixara na roda de abril, se abriu.  
Minha vida no meu jandiá  
Carne seca, xibé, aluá,  
Gikitaia, caxiri, taperebá!

(Zeca Preto, Neuber Uchôa e Eliakin Rufino)

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www.cifraclub.com.br/zeca-preto/makunaimando>>. Acesso em: 4 maio 2012.

**É silêncio...** e no entrecruzar dos mundos, como um fim de tarde na Terra de Macunaima, assim abro este texto, com o sugestão dos poetas/músicos roraimenses, informando que o que iras aos poucos decifrando nos códigos que surgem aos teus olhos são resultados de pesquisa<sup>2</sup> e vivência enquanto morador da cidade de Pacaraima/RR, fronteira com a Venezuela. Assim, toda esta área territorial correspondeu, se assim é possível dizer, a parte rural deste município, visto que tanto a Terra Indígena São Marcos quanto boa parte da atual Raposa Serra do Sol também pertenciam àquele município.

Não seria, assim, o relato de experiências em uma única comunidade, mas observações sobre a dinâmica social no cotidiano destas e sua relação com o mundo globalizado. Entendido dessa forma, seus moradores mantém esse vínculo intenso com a área urbana daquele município, e não só.

Antes de abordarmos com mais clareza ao que proponho para este momento, vejo que se faz necessário retomar algumas informações que vão nos dar suporte para melhor configurar essa região.

Chego a Roraima em fins de 2003 não com o intuito de encontrar ‘El-Dorado’ tão buscado em períodos anteriores à minha chegada, mas como muitos que ali se instalaram, em períodos mais recentes, com a imensa vontade de melhores oportunidades de trabalho. E lá encontrei! Embora sendo originário da região amazônica (do Pará) aquele Estado sempre me despertou muito interesse, visto que por ser um ex-território seu estágio de desenvolvimento urbano é recente, logo com grandes oportunidades trabalhistas.

Roraima ainda detém, para muitos, certo imaginário peculiar. Um lugar que até então figurava na minha memória de maneira totalmente abstrata, restringindo-se tão somente a um pedacinho colorido na parte superior do mapa do Brasil. Sua própria disposição geográfica no mapa do país aponta isso e quando visualizado mais parece uma apêndice, nos dando a impressão de certo isolamento do restante do Brasil. Assim, a representação que se tem é a de que ali vivem povos indígenas seminus, com plumagens e cocá, arco e flechas dispostos a travarem uma

---

<sup>2</sup> Projeto ‘Narrativas orais indígenas do Alto São Marcos - RR: registro e análise’ financiado pelo Cnpq sobre a responsabilidade do professor Devair Antonio Fiorotti da Universidade Estadual de Roraima – UERR.

batalha; imagens essas fruto, talvez, de tudo aquilo que se construiu sobre a região amazônica ao longo dos tempos. Esta impressão até mesmo nós amazônidas acabamos, de certo modo, incorporando em nossas falas e ressoam ainda mais forte nas de muitos outros quando se referem à Amazônia.

Lida nos manuais escolares como inóspita, pouco povoada, habitada em sua maioria por ‘índios’ isolados e agressivos foi/é assim que a representam para nós brasileiros criando ‘o mito Amazônia’: terra supostamente sem dono e carecendo ser ‘colonizada’ - ‘pedagogizada’ - pelo Estado brasileiro, e não só.

É bem verdade que os povos indígenas são maioria no Estado e dão peculiaridades específicas aos órgãos públicos e particulares em todas as esferas constituídas dando dinamismo ao cotidiano das cidades. Plumagens e cocá, arco e flechas somente em ocasiões especiais, talvez isto possa ser mais presente nas comunidades muito afastadas das cidades onde o acesso torna-se restrito. Entretanto, é comum vê-los transitando nos núcleos urbanos, alguns tagarelando em suas línguas, vindos de comunidades afastadas das cidades, outros como moradores destas e contribuintes da dinamicidade social da região.

A exemplo disto vejo que o poeta roraimense Eliakim Rufino, no texto a seguir, bem configura essa íntima relação entre os povos indígenas e a vida urbanizada nas cidades. Pode-se verificar um sujeito contingenciado o qual chamaria de ‘urbanóide’, aquele que vindo de suas comunidades indígenas para residir na cidade incorpora-se nas rotinas habituais urbanas; ou mesmo nascido nesta relação social, que assume sua postura de ‘urbanóide’ tendo como elemento referencial a vida cidadina e todas as suas benesses, mas principalmente as mazelas sociais que ela lhe impõe. Para além deste comentário, não significando uma cisão ao que me atenho, acredito que as comunidades indígenas desta região estão inseridas e contingenciadas no processo de globalização. O texto a seguir, aponta para essa relação cotidiana.

**Tudo Índio<sup>3</sup>**

Eu conheço Wapixana que mora no treze  
E ele sabe de outros cem, que também moram lá  
Muita gente índia, muita gente  
No conselho indigenista Macuxi de São Vicente

Eu conheço Yanomami que vende sorvete  
E um pedreiro Taurepang que vive de biscate  
As mulheres índias Longe da maloca e da floresta  
Sobrevivem como desempregadas domésticas

Tudo índio, tudo parente

E os milhares de meninos e meninas  
Fazem papel de índio no Boi

Em cada bairro da cidade

Durante as festas juninas

Cada tribo tem o seu representante

Os Tuxaua se reúnem toda semana

Tudo índio, tudo parente

Na Associação do Asa Branca

(Eliakim Rufino)

Tudo índio, tudo parente

Para além do que o texto nos provoca, é visível a organização desses povos enquanto movimento de resistência ao longo dos tempos. A respeito disso não há dúvida e a própria história sociopolítica da Amazônia assim demonstra - e em épocas bem recentes -, como resultado de centenas de anos de expropriação, extermínio e exclusão social. Contudo, penso que as lutas hoje travadas pelos povos indígenas extrapolam a questão de seu espaço em sociedade de forma cidadã, mas está em garantir sua singularidade frente à dinâmica implementada pelo sistema capitalista que se utiliza das formas mais sutis para permanecer excluindo. Dito de outra forma, mais precisamente no que se refere à região foco desta exposição, é: como permanecer sendo 'índio' frente as novas fronteiras que lhes são impostas?

**Para se chegar à Pacaraima** são pouco mais de duas horas seguindo pela BR 174 em direção à Venezuela. Essa BR corta ao meio não só a Terra Indígena São Marcos, mas também o Estado de Roraima. Por ser uma rodovia transnacional que interliga o Brasil a outro país o trânsito por ela é considerável.

---

<sup>3</sup> Disponível em: < <http://letras.terra.com.br/nilson-chaves/217038>>. Acesso em: 8 maio 2012.

Seguindo viagem nesta BR em direção ao norte do Estado, cem quilômetros à frente, surge a comunidade Três Corações, pertencente à Terra Indígena Araçá. Assim como as outras comunidades encontradas ao longo das rodovias, esta assume papel fundamental durante o trajeto, pois serve de ponto de apoio aos transeuntes. Nelas podem ser encontradas pequenas oficinas mecânicas, bares, restaurantes, lanchonetes. Um bom número destes estabelecimentos é de propriedade de ameríndios, os que não o são recebem a concessão da comunidade para funcionar e acabam absorvendo a mão de obra local. Entretanto, desde 2008 quando comecei a transitar pela região, é comum nas conversas informais perceber nessas comunidades a barganha por parte dos não índios em adquirirem nessas comunidades pequeno espaço de terra em áreas privilegiadas à margem da BR.

Ao longo da estrada dificilmente você encontrará casas feitas de palhas, aquelas convencionalmente chamadas de ‘oca’, com exceção de algumas comunidades que mantêm - geralmente no centro destas - um barracão nesse estilo onde lá realizam reuniões ou festividades. O que presenciamos são casas no estilo dos projetos habitacionais implementados pelo governo brasileiro: em alvenaria e, na maioria das vezes, cobertas com telhas de zinco ou amianto. Vejo neste tipo de cobertura das casas algo que se torna incoerente com a realidade cálida da região.

No estilo tradicional mesmo, cerca de oitenta quilômetros à frente e que marca a viagem, é o local onde se instala a sede de Programa São Marcos, criado em parceria com a Eletro Norte por ocasião da passagem do Linhão de Guri que traz energia da Hidroelétrica de Guri (cidade de Puerto Ordaz/ VE) para Boa Vista e vizinhanças. Somente para relembrar, a capital de Roraima só passou a ter energia gerada por hidroelétrica há pouco menos de vinte anos, devido a este convênio, até então ela era abastecida por termoelétricas.

Já dentro da região do Alto São Marcos, todo no estilo tradicional, é a sede do Programa São Marcos, um complexo de malocas à beira da BR 174 e às margens do rio Surumu, onde são realizadas as assembleias das lideranças das comunidades pertencentes a esta Terra Indígena para traçarem as diretrizes a serem tomadas por todas elas.

Pouco mais à frente localizam-se algumas comunidades com o mesmo perfil de habitação e dinamicidade como exposto anteriormente; porém vale destacar, além das parabólicas que estão em quase todas as casas, a presença, também, das igrejas construídas (em locais estratégicos e

bem visíveis tanto para quem vai em direção a Pacaraima como para quem venha em direção a Boa Vista) à margem da rodovia, assim como as escolas que aparecem (uma delas murada), bem ao estilo e modelos que encontramos nas cidades.

Seguindo viagem em direção à fronteira, as comunidades se seguem e logo estaremos em Pacaraima. Além de ser a última cidade brasileira limite com a Venezuela, localiza-se em região serrana, o que lhe dá certa peculiaridade.

**Pacaraima pulsa e é literalmente fronteiriça.** Por ser a cidade de entrada de quem vem para o Brasil através Venezuela, é comum encontrarmos em suas ruas pessoas das mais variadas nacionalidades em esforço constante para se comunicar em uma espécie de ‘dialeto’, resultante desse ato. Entretanto, é predominante o trânsito de venezuelanos - ‘venecas’ (como são tratados os moradores do país vizinho) - para fazerem compras no comércio brasileiro, almoçarem nas churrascarias ou visitar familiares que ali residem. Assim, o ‘espanholês’ é o dialeto comercial, esforço linguístico tanto dos brasileiros quanto dos transeuntes que por ali circulam.

Não é raro escutar as rádios e programações da televisão venezuelana fazendo parte da rotina diária de muitos brasileiros. Há de ser evidenciado que nas programações radiofônicas venezuelanas, que são ouvidas pelos brasileiros, é comum o uso tanto do português quanto do espanhol, além da programação em língua indígena Pemon – etnia conhecida no Brasil como Taurepang. Portanto, não é de assustar se encontrarmos jovens brasileiros cantarolando um ‘reguetoom’ tocado em seu aparelho celular (música bem ao estilo caribenho); assim como, os taxistas venezuelanos que conduzem passageiros, transeuntes na fronteira, cruzarem as ruas de Pacaraima ao som estridente de uma música ‘guayanera’, de tradição venezuelana.

Os povos indígenas em Pacaraima, não diferente nas outras cidades do Estado, além de participarem efetivamente da dinâmica do município estando presentes nos comércios, órgãos públicos e entidades de classe; nos dias de sexta-feira no período matutino, até então, reúnem-se em uma pequena feira livre (‘feira do índio’ como é conhecida pelos moradores da cidade) para venderem o que conseguem produzir em suas comunidades (biju, frutas, legumes, aves, farinha, tucupi apimentado, etc.). Dos poucos que vem, em sua maioria, são os Taurepang e nos atendem - ao gosto do freguês - em espanhol, português ou em sua língua materna. Há de ser mencionado

que este domínio linguístico é comum na região, pois é habitual encontrarmos entre estes sujeitos aqueles que dominam, além da sua, várias outras línguas (português, espanhol, inglês, etc.).

Essa dinâmica linguística e cultural não é diferente nas escolas localizadas no núcleo urbano, visto que estas desenvolvem atividades tanto com alunos de etnias diferentes que residem na cidade quanto com os não índios e, como existem acordos de parceria entre os municípios de Pacaraima/BR e Santa Elena de Uairem (cidade venezuelana pertencente ao Estado de Bolívar, região de Guaiana), recebem também os jovens venezuelanos que vêm estudar nas escolas brasileiras. Isto é fato desde as séries iniciais até o nível superior, predominando, em caráter oficial, o uso da Língua Portuguesa.

**Na terra de Macunaíma** é comum o uso da terminologia comunidade para o que se conhece por aldeias em outras regiões do país. Sendo que elas constituem-se pela presença, geralmente, de mais de uma etnia e entre seus membros é comum se tratarem por ‘parente’. Isso também ocorre com o termo usado para designar o referencial de liderança, a que eles denominam de Tuxaua e não de Cacique. Contudo, para além do uso da terminologia, as relações sociais entre os membros das comunidades, considerando seus conflitos internos, são articuladas de maneira respeitosa.

Quando os membros de uma comunidade constituem família com pessoas de outra etnia, este se assume como membro daquela para a qual está indo, mas mantém seu referencial étnico anterior. Isto a que percebo é comum entre eles. Porém, algo me chamou a atenção, pois algumas comunidades assumem certa identidade étnica tendo como base para isso o maior quantitativo de membros de uma determinada etnia. Assim, uma comunidade pode assumir-se como Macuxi, Taurapang, Waipixana, embora nem todos os membros desta sejam necessariamente pertencentes a uma única etnia, porém seus direitos são resguardados enquanto membro da comunidade.

Para melhor entendermos como essas comunidades se configuram, farei, de modo geral, alguns esclarecimentos sobre elas enquanto referentes deste relato. Terra Indígena São Marcos compreende as áreas entendidas e subdivididas como Alto, Médio e Baixo. A nós, neste momento, interessa a região do Alto São Marcos, visto que é o local de contato intenso com a cidade de Pacaraima e *locus* da atividade acadêmica que desenvolvo na região.

É sabido que esta Terra Indígena São Marcos já foi demarcada há bastante tempo (Decreto nº 312/1991) e isto - ouvi várias vezes - é motivo de orgulho e de certo conforto por parte dos povos indígenas que nela residem, posto que quando ali cheguei estava no auge o conflito pela demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. A agitação era tamanha entre todos que por ali viviam: comentários, indagações, suspeitas sobre aqueles que ali eram desconhecidos e que por lá transitavam.

Entendido assim, devemos pensar nessas comunidades (do Alto São Marcos) que se configuram como (até então) pequenos aglomerados, muitas com energia elétrica, água encanada, escolas, igrejas e pequenos comércios provavelmente, neste caso, resultante dos programas sociais implementados pelo governo brasileiro e da presença do Programa São Marcos.

**As comunidades** são dispostas nessa região, ao que percebo, em conformidade com a presença de rodovias, de rios e igarapés ou em áreas propensas para a agricultura. Na maioria, das que foram visitadas durante atividade de pesquisa e nas que tenho constante contato, elas mais parecem pequenas cidades com ruas e quarteirões, quadras de esportes construídas em estruturas metálicas e cobertas com telhas de zinco, campo de futebol, igrejas. Quase todas as habitações contam com luz elétrica e água encanada, e nas que se localizam a beira das estradas é possível encontrar pequenos comércios onde são vendidos salgados, picolés, balinhas, gomas de mascar, refrigerantes, biscoitos variados, enlatados, algumas frutas e legumes, farinha, etc. É fato também que nem todas as comunidades são detentoras dessa estrutura.

**As casas**, em sua maioria, seguem o modelo das padronizadas pelas políticas habitacionais implementadas pelo governo brasileiro (dois quartos, cozinha e banheiro interno, cobertas com telhas de amianto ou com telhas de zinco, com água encanada e energia elétrica). Pode-se perceber que as que não seguem esse modelo geralmente são construídas com materiais comprados, em sua maior parte, na Venezuela, visto que, além da proximidade o preço também favorece a construção. Mas, ainda é possível encontrar casas feitas de madeira ou mesmo construídas de pau a pique, cobertas com o mesmo material das outras. São raríssimas as habitações que não obedecem a esse estilo.

Em geral, as moradias abrigam famílias formadas por casais com filhos solteiros; muito embora tenha percebido que após a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol tem sido

comum o retorno de jovens casais vindos da cidade para residirem nestas comunidades. É possível que isso seja motivado pelos incentivos propiciados pelos programas sociais, mencionados anteriormente. Quando ali chegam, ou ainda quando decidem viver juntos, geralmente agregam-se na casa dos pais ou sogros até que possam construir a sua.

**Ainda sobre a configuração das famílias** nessas comunidades, apesar de terem no casal o responsável pelo sustento alimentar e financeiro, os idosos têm papel importantíssimo. É frequente viverem com os filhos, principalmente quando se tornam viúvos, e, embora muitos deles possuam as suas próprias casas, acabam por compartilhá-la com alguns netos. Isto nos aponta que além da contribuição financeira, pois também ajudam no sustento da família com o dinheiro que recebem da aposentadoria, também sua participação na dinâmica familiar, principalmente nos conflitos entre gerações. Com as crianças isso não é diferente, visto que também são assistidas pelos programas sociais (Bolsa Família, etc.), contribuindo também para a renda familiar.

Apesar das famílias ainda manterem o hábito de plantio de subsistência, pois têm algumas árvores frutíferas em seus quintais, algumas ervas medicinais, criarem aves e pequenos animais (geralmente essas criações são feitas de maneira tradicional, melhor dizendo, criadas livremente na área da comunidade); entretanto, vejo que a presença desses auxílios financeiros aponta para uma possível aquisição de outras maneiras de relacionar-se podendo ocasionar certa mudança nas formas tradicionais de agricultura de subsistência - já que as praticam com menos intensidade que antes -, assim como na própria dinâmica familiar desses povos, atualmente. Esses auxílios também podem e devem ser entendidos enquanto diferenciais para manutenção financeira das famílias, no contexto globalizado.

Nessa configuração, o cotidiano das comunidades nos dá indícios de relações sociais enquanto dimensão de um sujeito contemporaneamente contingenciado, inserido no mundo globalização. Por se tratar de comunidades próximas a rodovias e manterem vínculos intensos com a cidade, é possível perceber, como um dos indicativos, que a rotina da comunidade associada à rotina da escola, com horários marcados pelo relógio, influencia as próprias atividades de participação das crianças na rotina familiar. Isso nos aponta que eles estejam na conveniência dos horários disponibilizados pelas escolas, e não só.

**Nos contatos que tenho com essas comunidades, percebe-se que nas escolas** foram instaladas estruturas administrativas similares as dos não índios. A rotina das atividades escolares tem horários definidos com intervalos para o lanche, tradicionalmente, ofertado pelo governo do Estado, já que esta é vinculada à Secretaria de Educação do Estado de Roraima. Os alunos, em sua maioria, usam e vão à escola uniformizados - ‘fardamentos’ (para utilizar a expressão ainda comum entre os envolvidos no processo educacional). A estrutura física toda em alvenaria com salas, área administrativa, refeitório, cozinha e banheiros, cobertas com telhas de amianto ou zinco, reproduzem fidedignamente o modelo de estrutura escolar encontrado nas cidades.

As aulas das diferentes disciplinas são ministradas, geralmente por falta de professores nativos com escolaridade de nível superior, por professor não índio; sendo que a de língua materna é ensinada por professor nativo, muitos destes cursando o nível superior. Entretanto, no ensino de língua materna, os procedimentos adotados que presenciei são a exemplos do ensino de língua estrangeira. Vale destacar ainda que muito embora essas comunidades sejam constituídas por mais de uma etnia, as aulas são ministradas em língua macuxi. E, além disso, por muitos pais serem falantes da língua espanhola e os jovens estudantes terem contato intenso com o país vizinho, não é raro encontrar alunos usando expressões nesta língua.

É este mesmo jovem que participa das ações da comunidade, da escola, mas dinamiza relações com as cidades, tanto do lado brasileiro quanto do país vizinho; além disso, frequenta as boates venezuelanas, as festas e programações dos não índios brasileiros.

Poucas vezes na escola percebi a forma diferenciada de ordenação das carteiras. Sempre se encontravam arrumadas em filas. Vale destacar que uma destas escolas, localizada às margens da BR 174, em uma comunidade com um número considerável de moradores, apresenta-se cercada por muros; entretanto, isso não impede que, durante os intervalos, os estudantes transgridam as regras, rompam o muro e façam visitas às suas casas, como presenciei. É importante destacar que essa instituição, apesar de manter em sua estrutura - tanto física quanto administrativa - o modelo não índio de educação, em sua maioria recebe o nome de moradores nativos já falecidos, como: tuxaua, pajé, professores ou moradores de destaque na comunidade.

Podemos, no entanto, encontrar escolas, geralmente em comunidades muito pequenas, que apesar de terem essa característica pedagógica para garantir a educação das crianças, funcionem

em locais construídos de pau a pique e cobertas de palhas e sem os aparatos que são encontrados nas escolas indígenas das comunidades com maior aglomerado de pessoas. Tem ela importância fundamental na constituição da comunidade. Pelo que percebi, ter uma escola na comunidade seria legitimar a presença desta para os órgãos públicos, mostrando-lhes que ali existem crianças que precisam ser educadas.

Quando estive em uma destas, a escola funcionava em um espaço de pouco mais de três metros de largura por quatro de comprimento, de chão batido, paredes de pau a pique e coberta de palhas. Os poucos livros didáticos, desses distribuídos pelo governo, estavam dispostos aleatoriamente nas poucas prateleiras de um pequeno armário de madeira caindo aos pedaços. Na parede de barro, desenhos e rabiscos coloridos em folhas de papéis fixadas ao lado de um pequeno quadro negro (sempre verde), borrado de giz branco, ajudavam a montar um cenário de morbidez. As poucas cadeiras denunciavam a forma ordenada, típica das escolas dos não índios. Era perceptível a maneira pouco à vontade como as crianças se encontravam, parecia que o mundo externo não pertencia àquele espaço, ainda que nos momentos de distração do jovem professor uma criança ou outra transgredisse as recomendações deste e saísse correndo para fora em visita a sua casa ao lado da escola, retornando depois.

Nas conversas informais que tive com moradores e por vezes professores, geralmente quando surgia o assunto sobre a escola, sempre havia pessoas que deixavam claro seu descontentamento sobre a forma como ela tratava a cultura dos povos, mas também havia aqueles que a defendiam alegando ser ela necessária enquanto resistência e acesso a informação para os povos indígenas.

Nesse dilema, por vezes me perguntava o porquê delas, aparentarem, omitir a vida cotidiana da comunidade a qual está inserida, negando assim aquilo ao qual foi esforço de tantos militantes da causa destes povos. Parece-nos que tudo ali, apesar da estrutura ser o modelo a ser seguido, se justifica pelo famoso ‘currículo oculto’ como que se o fazer pedagógico também não fosse transgredir as regras, pular o muro - mesmo que seja em rompância às ordenações estabelecidas -, respirar o ar que está fora da escola e que, queiramos ou não, também alimenta os envolvidos nesse processo.

Durante todo esse tempo de convivência é reconhecido o trabalho da militância desses povos, principalmente no que se refere à educação e os grandes avanços que ela trouxe para as suas comunidades. A questão que levanto é até que ponto este modelo de escola está atendendo as demandas das comunidades, sob pena de reproduzir modelos alheios ao que lhe é pertinente. Será que não seria o momento de pensar uma proposta de escola, neste caso, a partir das relações sociais que nelas estão presentes?

Nessas implicações, de certo modo universalizantes, presentes nos modos de convivência sócio-educativas dessas comunidades, acredito que não seria conveniente considerá-las apenas sobre o possível subjulgo de conhecimentos tradicionais que vinham sendo repassados através dos tempos, mas compreender o que, nessa dinâmica relação, sustenta sua singularidade enquanto sujeitos.

Falo isso, com referência à maneira de transmissão de conhecimentos (sejam eles sobre as plantas medicinais e agricultura), às atitudes e hábitos comunitários, o cultivo familiar dos pomares (enquanto maneira de convívio com a natureza e o mundo), por acreditar que devem ser postos de maneira mais evidenciada na escola, e não só. Tem a comunidade indígena, principalmente os anciãos, todo direito de continuar seu questionamento, como presenciei por mais de uma vez, sobre o porquê desta maneira e conhecimentos não serem evidenciados enquanto referente principal de educação, em toda sua dimensão. Considerando-lhe não apenas as contextualizações da contemporaneidade, mas também dando relevância àquilo que seja pertinente e significativo para os sujeitos envolvidos nesse processo.

**A produção agrícola** é outro ponto que podemos destacar nessas comunidades, pois embora tentem garantir a subsistência através do plantio de arroz, milho, feijão e principalmente o cultivo da mandioca - enquanto fundamental e base da alimentação das famílias - é insuficiente. Isso lhes leva a consumir frios e congelados, de todas as espécies, adquiridos nos comércios de Pacaraima/BR ou Santa Elena/VE. Os anciãos das comunidades, em depoimentos constantes, são críticos ferozes desta forma de alimentação e lamentam que os jovens aceitem isso como normal.

Apesar de algumas comunidades adotarem a criação de bovinos como forma de suprir a escassez de alimentos (animais silvestres). Isto, em certos momentos, é causa de grande angústia nas conversas que presenciei, pois apesar dessa cultura ter sido introduzida durante o período de

colonização desta região e estes serem hábeis no trato com os animais; entretanto, tem-se entre eles o hábito de criá-los soltos nos campos, o que era comum desde o período de introdução desses animais na região. Porém, este costume tem trazido problemas sérios, pois quando os animais pastam às margens da BR tornam-se causadores de acidentes graves. A questão é, neste ponto, e que é comum em suas indagações, o que fazer frente ao fato? De quem é a responsabilidade pelo dano causado, posto que a terra é concedida a eles e pertencente ao governo federal?

**Sobre os artesanatos** desses povos não me recordo, durante todo esse tempo, de tê-lo visto sendo produzido ou mesmo vendido tanto na beira da BR quanto nas comunidades. Em uma das visitas feitas presenciei um senhor, de etnia Taurepang, confeccionando jamachin, abanos, peneiras, etc. (todos em miniatura, feitos com fibras de iguarumã), quando o indaguei o porquê de estar fazendo tantos e tão pequenos. Ele, de pronto, respondeu que seria para atender a um pedido de uma proprietária de loja de artesanatos em Boa Vista; entretanto, este foi o único que presenciei fabricando pequenos artesanatos.

**É sabido que o estado de Roraima recebeu grandes levas de imigrantes** trazidos pelo ciclo da borracha ou pela busca do ‘El-Dorado’, e até este momento muitos ainda se aventuram por lá. Como resultado desse processo, hábitos culturais foram sendo incorporados na configuração sociocultural do Estado.

Com as comunidades indígenas não foi diferente, seja em função da corrida pelo ouro, seja pelas relações conjugais que se constituíram. Algo que penso ser recorrente disso é a expressão ‘piseiro’ utilizada para designar uma festa dançante realizada ao ar livre e geralmente ao som de muito forró e arrasta pé nas comunidades ou mesmo para denominar programações festivas dançante nos núcleos urbanos. A isto, também, é a presença de um grupo de forró e arrasta pé formado somente por músicos e compositores de diferentes etnias denominados de ‘Caxiri na cuia’ (menção feita à bebida alucinógena extraída geralmente de batata, mandioca ou fruta e que, após sua fermentação, é consumida pelos ‘parentes’, e não só).

Esses artistas já gravaram vários CDs e são a atração nos ‘piseiros’ realizados na região, pois a temática das composições tem como referência o cotidiano dos povos indígenas (sua

mitologia, afazeres doméstico, rotina de atividades diárias, as relações amorosas e o contato intenso com os hábitos dos não índios), mas sempre no ritmo do forró e arrasta pé.

Nesses ‘piseiros’, que contam com a presença também dos não índios, é possível verificar, além do gracejo entre os casais que se formam, o consumo considerável de bebidas alcoólicas, pois como são compradas a baixo custo no país vizinho, são revendidas nas festas também a preço baixo facilitando o acesso e o consumo. E dá-lhe forró até o amanhecer!

**Sobre as pessoas com função remunerada** verifiquei, geralmente quando visitava as escolas, que os (as) professores (as) que são moradores da comunidade, por serem funcionários públicos acabam assumindo práticas e hábitos consumistas trazidos em função da estabilidade financeira, como: carro, motocicletas, casas mais confortáveis, aparelhos telefônicos mais modernos, entre outros. Devo ressaltar que o uso de aparelho celular é comum entre eles, embora nas comunidades não seja possível o seu uso por ausência de sinal, mas é adicionado como um recurso de comunicação a mais quando de suas idas para os núcleos urbanos, principalmente entre os jovens.

Algo importante a ser considerado, se dá quando é a mulher a funcionária pública, pois aparenta ocorrer uma inversão de papéis na rotina da casa, já que o homem passa a ser o responsável pelo zelo desta e cuidados com os filhos. Essa mudança na noção de vida conjugal e de aquisição de bens - pelo menos foi o que percebi - para estes, não é vista como agressiva aos costumes de sua comunidade. No entanto, pode-se perceber nas conversas entre outros membros que não estariam de acordo com esse modelo de vida, visto não corresponder à cultura de seu povo. Isto se dá principalmente entre os anciãos.

**A presença da igreja** nas comunidades é extremamente forte e marcante, pois há entre estas as que se assumem enquanto adeptas de uma única religião- a exemplo disso são os Taurepang. Além disso, é comum encontramos pessoas que se assumem como católicos, assembleianos, adventistas, etc. Recordo que certa vez, em uma das atividades de campo na pesquisa, foi perguntado a um de nossos informantes se ele poderia nos contar narrativas de seu povo, e ele nos indagou sobre quais os tipos de histórias queríamos saber, pois ele só sabia das histórias que aprendeu na Bíblia. Outro, quando perguntado sobre o porquê de não falar na sua

língua materna respondeu que nas orações, desde quando era pequeno, não lhe era permitido falar na sua língua; assim, afirmou ele, ia esquecendo tudo.

A isto vale destacar que ao se tratar das narrativas míticas são poucos entre os mais jovens que dominam o conteúdo destas histórias. Os ritos de passagem, pelo que os depoimentos nos apontam, talvez não sejam mais praticados com tanta evidência entre povos destas comunidades. No entanto, quase que todos os atos de violência ou transgressões nas comunidades chegam a ser atribuídos, até certo ponto com teor de pejoratividade, ao Canaimé (figura mítica punidor e, ao mesmo tempo, transgressor de regras) ou por estar possuído por este ou por ter sido vítima dele.

**As comunidades elegem suas lideranças** através de eleições feitas nas assembleias que eles promovem. Embora aparente que não haja tempo determinado para sua permanência na função, suas atitudes são constantemente submetidas a avaliações nas reuniões da comunidade para verificarem se ele atende seus anseios. Caso não esteja a contento, é decidido de, maneira coletiva, por sua substituição. Vale destacar que para exercer essa função independência de sexo, portanto é comum encontrarmos como líder pessoas do sexo feminino.

Todas as decisões que envolvem as comunidades são tomadas de maneira coletiva nessas reuniões. Nelas são postos em evidência questões sobre educação, saúde, programações internas, autorizações para residir ou não na comunidade, os conflitos internos, etc.; sendo que as demandas mais abrangentes são levadas para a reunião das lideranças.

Ainda sobre essas reuniões, moradores relatam-me que também entram em pauta os conflitos de ideias entre os que são escolarizados, entre estes e os professores, e os mais idosos. Isso geralmente se dá em função dos escolarizados alegarem participação política de maneira mais acirrada por parte dos membros das comunidades; assim como a presença de lideranças mais abertas às mudanças que estão acontecendo no mundo. Isto geralmente é combatido não só pelos anciãos, mas também por grande número de moradores que alegam que para ser 'líder' não precisariam passar pela vida escolar, tão pouco fazerem acordos que não correspondam aos seus costumes.

Não só as atividades da comunidade são avaliadas nessas reuniões, mas também as pessoas que prestam serviços nela, pois há um conjunto de regras estipuladas socialmente não

sendo aceitas práticas ou atitudes que agridam o convívio social (embriaguês, extravagâncias, ambição, etc.).

É fato que, assim como ocorre com os não índios, quando assumem funções de representante de organizações sociais e são seduzidos pelo poder político partidário, com eles também não é diferente. São constantemente alvo das investidas promesseiras, interesses políticos partidários o que leva muitos a participarem, ativamente, da vida política dos municípios com candidaturas próprias inclusive fazendo composições políticas para os cargos majoritários.

**Quando por lá cheguei, em 2008, era intenso o fluxo de veículos que transportavam produtos ilícitos** para Boa Vista, principalmente gasolina e bebidas, que tinham nas pessoas das comunidades o ponto de apoio para seu armazenamento, para em seguida serem transportados até a capital do Estado. Neste ato muitos moradores se envolviam e acabavam fazendo disto sua atuação profissional, os famosos ‘pampeiros’ como eram conhecidos (por usarem, em sua maioria, carros pampa em função de terem dois tanques de combustível, o que lhes permitia transportar maior quantidade de gasolina).

Fato é que muitos desses aventureiros acabavam ceifando suas vidas nas estradas ao serem perseguidos pela polícia federal ou mesmo quando o veículo, geralmente muito velho, explodia dada a quantidade de gasolina que estava sendo transportada. O exemplo disso pode ser presenciado pela quantidade considerável de ferragens de veículos ao longo da BR 174, de quem sai de Boa Vista em direção à Pacaraima ou em sentido oposto, resultado de incêndios causados, na maioria das vezes, por esta prática.

**Sobre a agricultura ainda é possível perceber** que alguns hábitos, como o da prática de plantio de mandioca, obedecem ao tempo das duas estações do ano, tipicamente amazônica: para o período de plantio correspondendo aos meses de intensa chuva (agosto a março) e o período de estiagem (abril a agosto). Na estiagem (verão) é típico o preparo da terra para efetuar o plantio que será realizado no início dos meses chuvosos (inverno).

É no verão que a caça e pesca se dão de maneira mais intensa, muito embora, ao que me parece, estas práticas estejam sendo realizadas apenas como manutenção dos costumes, na maioria das vezes, para atividades festivas, pois a escassez de recurso e os novos hábitos implementados nas comunidades acabam por trazer implicações nessa maneira de convívio.

**Entre os anciãos** é comum a ideia de que os costumes já não são mais os mesmos. Segundo eles tudo mudou, pois já estão incorporados ao ritmo de vida não índio, o que denomino de ‘urbanóides’. Há pessoas entre eles, principalmente anciões, que alegam que muitos de seus costumes e práticas, que foram ensinadas pelos mais velhos, ainda permanecem, porém não mais da forma como eram praticadas antes, mas que ainda podem ser percebidos nas atividades diárias e em suas relações sociais.

Sobre esse processo de mudança há os que alegam que o mundo contemporâneo tornou suas vidas, até certo ponto, mais confortável; entretanto, implementou outras formas de se relacionar entre eles, principalmente quando o dinheiro passou a ser o mediador de troca de produtos, contrapondo-se e fragilizando o princípio de cordialidade parentesca entre eles.

Os mais jovens, embora afirmem que os tempos são outros e de que não se pode mais viver no saudosismo como é pensado pelos mais velhos, reconhecem que os idosos são de extrema importância, não apenas como guardadores dos saberes tradicionais, mas de que sem eles é quase que impossível manter o que lhes é pertinente e singular, posto que sejam testemunhos vivos de um tempo de habitações sem fechadura nas portas, em que a oralidade era a prática da língua materna desde os pequeninos até os mais idosos.

A essa questão, volto a considerar que a busca para o que há de singular nas práticas culturais destes povos da terra de Macunaima venha a ser o elemento fundamental para que, talvez, se entenda os novos rumos que estes irão trilhar.

**Não é difícil encontrar entre os adolescentes** que estudam nas escolas dos núcleos urbanos a vergonha em assumir-se enquanto pertencente à determinada etnia, talvez isso ocorra pelo fato de serem rotulados pelos colegas de turma, não índios, como ‘caboclo’ (maneira pejorativa usada no Estado de Roraima para se referir a pessoas pertencentes à determinada etnia). Esta atitude se torna visível nas relações de convívio entre os adolescentes nos núcleos urbanos, talvez como resultado de todo o contexto de tensão, no caso de Pacaraima e também no Estado, ocasionado pelos processos de demarcação das terras indígenas e que resultaram em constantes insultos trocados entre pessoas que ali residem.

**Penso que durante este período de convívio com estes povos me leva a refletir** a ideia de que talvez ainda estejamos em busca de novos rumos para o entendimento de um referencial

não desta região apenas, mas de algo que envolva principalmente a ‘voz anônima’ de todos aqueles que estão inseridos na globalização. Não que ela tenha trazido somente malefícios, mas que é necessário pôr em xeque as mazelas que vieram a reboque, principalmente a que tenta universalizar todos como iguais. A tentativa de universalização cultural e linguística é criadora de modelos que chegam a aniquilar o que constitui nossa singularidade, com a justificativa de instituir uma única identidade nacional.

Falo isto por perceber que independente das questões somente locais se alojam clamores muito mais amplos que não somente a questão brasileira de manter evidente o que lhe é singular. Vai muito, além disso. Estaria na ação de garantir não a forma apaziguadora e conformista de respeito igualitário a todos e que ressoa sobre o argumento da diferença. Que somos diferente isso não há dúvida, mas entender o que nos torna diferentes e que garante, como tal, nossa singularidade é entender que o fato de sermos diferentes não nos iguala em um mesmo plano de entendimento.

Resistir e ir para além dessa forma velada de opressão que muitas vezes assume os discursos de conformismo, é transgredir o limite que isso nos impõe de ter apenas a escola na comunidade sem questionar os artifícios que nelas presentificam-se, ainda mascarados pelas posturas do discurso conformista, e que chegam a ofuscar o olhar crítico frente à opressão e agressividade simbólica que ela traduz.

Dessa maneira, estariam nas alegorias de ter as plumagens e todos os seus adereços a condição de pertencimento dos povos indígenas nos dias de hoje? Digo isso por entender que esse discurso, muitas vezes rotulado como verdadeiro nos mais diferentes meios sociais, escamoteia o significado que deve ser dado, de maneira imprescindível, à condição de cidadão, ser humano, no mundo contemporâneo.

A isto penso que seja garantir sua condição de cidadão responsável por gerir suas ações da forma que melhor lhe convier. Se for relevante retornar ao passado ou estabelecer diálogos com o mundo globalizado é uma decisão que não pertenceria apenas aos não índios tomarem, sob pena de negligenciar as próprias relações que hoje se configuram. E digo mais, se os jovens dessas comunidades ainda não retomam antigas tradições, principalmente o ato de contar e recontar histórias, talvez seja porque não lhes chegou o momento.

Neste caso, parece-me que o Movimento de Educadores desses povos muito tem somado a essas decisões, porém há de se avançar mais ainda no sentido de não garantir apenas a escola e uma proposta diferenciada, mas, também, uma postura radical de questionamento sobre que tipo de escola está/foi implantada nessas comunidades. Qual a proposta política e pedagógica que ela se propõe a realizar? Ela atende a demanda denunciada na voz de seu povo? E as necessidades da comunidade ao qual ela se propôs a atender?

Levanto esses questionamentos com base nesse período de convivência nessas comunidades e por entender que a escola tem papel fundamental no processo de informação a esses povos, posto que se esta é alienante e descontextualizada formará sujeitos alienados e sem reflexão crítica significativa.

É sabido do sujeito ‘urbanoides’ que estamos tratando ser/estar contingenciado, porém há de ser considerado que o que lhe é pertinente resulta das transformações no conjunto dos discursos daquilo que lhe representaria e foi construído ao longo dos tempos, não apenas como fruto matriz de nascimento, algo naturalizado. Acredito que a isto a experiência dos anciãos dessas comunidades tem muito a contribuir enquanto elemento de coesão entre o novo e o antigo para que seja estabelecida a busca a partir do que denunciam os conflitos, intercâmbios, contradições e articulações desses povos, visando apontamentos para as relações sociais e seus significados na contemporaneidade.

Possibilitar, assim, a noção de um sujeito contingenciado nas demandas sociais contemporâneas e que lhes sejam significativas, partindo do princípio não homogeneizador de tratar todos como ‘índios’, mas de constituir-se como singular em sua etnia, demandada nas relações com o outro, seja ele quem for, acredito que é olhar de outra maneira para essas relações contemporâneas.

Possibilitar, portanto, o assumir-se como pertencente a sua etnia deve ser vista também como ato de enfrentamento constituidor de sua afirmação enquanto ser humano, abandonando o estereótipo generalista que impera nos manuais escolares e nas práticas políticas e pedagógicas que acabam se tornando relações de poder. Essa prática vem sendo representada ao longo dos tempos da maneira mais sutil possível, atribuindo-lhes lugares distintos, posicionando-lhes

socialmente e dando-lhes formas e fisionomia de iguais; como se isso lhes elevasse à condição de pessoas e cidadãos.

Rever essas questões é rever também a noção do direito à cidadania, pois a trajetória desses povos demonstra que esse entendimento ficou fora desses debates. Sou radical no sentido de retomada da autonomia como elemento fundamental para o retorno do protagonismo desses povos enquanto postura política cidadã.

Muito além de demonstrar a relevância do reconhecimento de ‘culturas’ consideradas “diferentes” e/ou, para muitos, “desconhecidas” (vendo nisso a maneira preservacionista de entendimento de diversidade cultural, sob o discurso de ser patrimônio comum da humanidade, garantindo e oportunizando às presentes e futuras gerações conhecê-los - *in natura*) é garantir a singularidade na dinâmica das relações contemporâneas. Vale observar que ser diverso não implicaria na aceitação, de forma incondicional, dos valores e modos de vida do “outro”, mas vai além dessa questão. Referenda-se na compreensão de que o ‘outro’ possui uma razão singular de sua própria história.

Assumir sua singularidade é sim, a meu ver, ter direito de fazer suas próprias escolhas de forma ética e humana.

Com isso, penso que podemos alongar a crítica do poeta, indo para além do que o fragmento textual nos diz, de que “tudo índio, tudo parente” posto que: seriam todos igualmente ‘índios’? Assim também, todos teriam os mesmos laços de parentesco? Como estes sujeitos ficam frente à configuração social contemporânea? É possível, na contemporaneidade, entender a dinâmica social dessas comunidades ainda de maneira isoladas e bem definidas?

**É silêncio...**, mas se assim for, ressoam murmúrios pelos campos e serras - insurgentes vozes anônimas de enfrentamento - na terra de Macunaíma.